

Câmara aprova PEC com o 'estado de emergência'

Câmara aprova PEC das bondades com auxílio de R\$ 600 só neste ano

Raphael Di Cunto, Vandson Lima, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi
De Brasília

A Câmara dos Deputados deu aval ontem para que o governo Bolsonaro amplie o Auxílio Brasil para R\$ 600, dobre o valor do vale-gás e pague uma ajuda mensal para taxistas e caminhoneiros autônomos durante a eleição. As medidas, que atropelaram a Lei Eleitoral e valerão até dezembro, serão promulgadas até amanhã pelo Congresso e podem beneficiar cerca de 21 milhões de famílias, quase um terço da população brasileira. O custo será de R\$ 41,2 bilhões este ano.

A proposta de emenda constitucional (PEC) das bondades ou kamikaze foi aprovada ontem por quase unanimidade, com 469 votos a favor e 17 contrários no segundo turno, e a rejeição de todas as emendas da oposição após uma manobra do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Primeiro, ele tentou manter o painel de presença do dia anterior, quando a sessão foi interrompida por problemas na internet, mas ouviu protestos da oposição de que isso era ilegal. Então, ele aceitou fazer a sessão com novo painel de presença, mas determinou que as votações fossem pelo celular, sem necessidade de presença em Brasília.

“É o juiz que autoriza que vale gol de mão no segundo tempo porque o time dele está perdendo”, protestou o deputado Marcelo Freixo (PSB-RJ). Lira rebateu que se tratava de uma situação excepcional, por problemas na internet que estão sob investigação da Polícia Federal, e que a votação por celular era autorizada pelo regimento interno da Casa.

A manobra ampliou bastante o quórum. Se na noite anterior menos de 480 deputados esta-



Lira presidente da Câmara faz sucessivas manobras para garantir aprovação da PEC que cria despesas em período eleitoral

vam presentes, e parte já tinha viajado ontem e não poderia votar, com a votação pelo celular mais de 500 participaram da sessão. Isso fez com que o governo superasse com folga as emendas dos partidos de oposição.

O principal embate foi se o Auxílio Brasil de R\$ 600 será pago apenas de agosto a dezembro ou de forma permanente. Com maioria da base governista, inclusive de partidos que tem pré-candidatura própria à Presidência, como o MDB, venceu a tese de pagar o benefício só este ano. Foram 338 votos a favor de limitar os pagamentos e 159 contra. A partir de janeiro, o valor voltará a R\$ 400 se não houver mudança.

Autor do requerimento para que o adicional de R\$ 200 não durasse apenas cinco meses, o líder do PSB, deputado Bira do Fındaré (MA), disse que o presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmava antes de ser eleito que o Bolsa Família só servia para

comprar votos e que ele só aceitou aumentar os valores por medo de vitória do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “É uma PEC eleitoral. Essa é a nossa grande diferença em relação ao governo. Queremos que o valor dos R\$ 600 seja permanente”, afirmou.

O líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), rebateu que os R\$ 200 adicionais serão pagos este ano com a arrecadação extraordinária da privatização da Eletrobras e dos dividendos da Petrobras para não aumentar o endividamento do país. “O compromisso do governo é, terminado o processo eleitoral, discutir novamente essa matéria e ver se podemos fazer isso [tornar permanente] dentro de todas as regras de responsabilidade fiscal”, disse.

Além desse benefício, a PEC autoriza o governo a criar dois novos auxílios: um para caminhoneiros autônomos de R\$ 1 mil mensal e outro para taxistas, com custo de

até R\$ 2 bilhões e valor individual indefinido. Além disso, o vale-gás será dobrado e serão repassados R\$ 2,5 bilhões para custeio da gratuidade do transporte público para idosos nos ônibus e R\$ 500 milhões para agricultura familiar.

Essas ações custarão aos cofres públicos R\$ 41,25 bilhões, quantia que ficará fora do teto de gastos (que proíbe o crescimento das despesas do governo federal acima da inflação). Para contornar a lei eleitoral, que proíbe a criação de benefícios este ano, os senadores alegaram que há um “estado de emergência” por causa da alta dos combustíveis. A oposição tentou excluir isso do texto, mas também não conseguiu (ver matéria abaixo).

Ao chegar ao Congresso para acompanhar o fim da votação, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, afirmou que tem como “meta” fazer o pagamento dos novos benefícios sociais em 9 de agosto.

Estado de emergência dribla lei eleitoral

De Brasília

Incluído na proposta de emenda constitucional (PEC) das bondades, o reconhecimento de um estado de emergência em 2022 nada mais é que um subterfúgio para garantir que os pagamentos dos benefícios não violem a legislação eleitoral.

Se a PEC, seria impossível criar um voucher mensal de R\$ 1 mil mensais para caminhoneiros autônomos pelos próximos cinco meses, bem como um auxílio para taxistas — com valor a ser definido e cujo custo será de até R\$ 2 bilhões — sem esbarrar nas restrições previstas. A criação de benefícios destinados a pessoas físicas é proibida em ano de eleições e a exceção é, justamente, uma “situação” de emergência.

Este é o ponto mais controverso da PEC aprovada ontem e que será promulgada pelo Congres-

so amanhã. E poderia ser ainda mais imprevisível: no Senado, a proposta formulada pelo relator, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) não criava nenhuma trava à possibilidade de o governo federal criar mais despesas. Considerado um cheque em branco em favor do presidente Jair Bolsonaro à beira das urnas, este ponto foi retirado, restringindo as medidas àquelas já contidas na PEC. De toda forma, os novos benefícios terão condições especiais, sendo custeadas por meio de crédito extraordinário e com a dispensa das limitações legais, inclusive quanto à necessidade de compensação.

Na Câmara, o PT apresentou requerimento para excluir o estado de emergência da PEC, sem sucesso, mas a mudança foi rejeitada por 361 votos a 142. Para o líder do PT, deputado Reginaldo Lopes (MG), o dispositivo tem

outros objetivos e os pagamentos poderiam ocorrer sem a criação desse artifício jurídico. “O estado de emergência é para dar um golpe na democracia e nas leis eleitorais. Há um rompimento da paridade de armas, da isonomia do processo eleitoral”, disse. Ele ressaltou que a oposição é a favor do auxílio de R\$ 600 e defendia a adoção do valor desde o auxílio emergencial em 2020.

Os governistas rebateram que a exclusão visava inviabilizar os pagamentos ou fazer com que Bolsonaro seja punido. “É uma covardia querer dar R\$ 600 para a população, através de um decreto assinado pelo governo, e depois tirar a emergência para fazer processo de impeachment e inelegibilidade. É a emenda da covardia”, disse o deputado doutor Frederico (Patriota-MG).

O secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, afirmou ao Valor na se-

mana passada que o estado de emergência pode ainda abrir brecha para o pagamento de emendas parlamentares ao Orçamento durante a eleição. “Numa ótica política em que o governo está fazendo de tudo para se reeleger, não sei se isso será analisado com tanto rigor assim”, disse.

A Lei Eleitoral determina que as transferências voluntárias para Estados e municípios são proibidas nos três meses antes da eleição, ressalvados os recursos para cumprir cronograma já existente ou “os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública”. Parlamentares dividem-se sobre se há esse aval. Parte deles defende que isso dependerá de uma “interpretação mais larga” do governo, mas que é possível. Outro grupo diz que as ações do estado de emergência estão restritas às descritas na PEC. (VL, RDC e MR)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 8